

---

# ORGANIZAÇÕES SOCIAIS RURAIS: INTERESSES EM PAUTA E ESTADO DA MOBILIZAÇÃO NO MARANHÃO NO SÉCULO XXI

RURAL SOCIAL ORGANIZATIONS: INTERESTS IN AGENDA AND STATE  
OF MOBILIZATION IN MARANHÃO IN THE 21ST CENTURY

ORGANIZACIONES SOCIALES RURALES:  
INTERESES EN LA AGENDA Y ESTADO  
DE LA MOVILIZACIÓN EN MARANHÃO EN EL SIGLO XXI

Aldrey Malheiros Neves de Oliveira<sup>1</sup>  
Jacilmara Santos Melo<sup>2</sup>  
Frederico Lago Burnett<sup>3</sup>

---

**RESUMO:** Constituídas na década de 1940 em outros estados do Nordeste, a formação de organizações sociais rurais no Maranhão se intensifica nos anos 1950 e 1960 e, mediante avanços populares em defesa dos direitos de classe, estruturas sindicais e associações foram regulamentadas, colaborando na sustentação de uma rede de interesses por atividades produtivas e de luta pela terra. Este artigo, fruto de pesquisa para elaboração do Diagnóstico Jurídico-Institucional do Zoneamento Ecológico e Econômico do Maranhão, analisa a situação atual de 36 organizações rurais no Estado do Maranhão que possuem estruturas orientadas por regulamentações estadual e federal e praticam disputas territoriais através de mobilizações sociais de forma dispersa. Tendo as mensalidades dos associados como principal fonte financeira e a participação em Conselhos Municipais como uma das estratégias de atuação, as organizações pesquisadas revelam as condições atuais e suas demandas para efetivação de processos de mobilização social mais consistentes.

**Palavras-chave:** Organizações Sociais Rurais. Mobilizações territoriais. Maranhão.

**ABSTRACT:** In Maranhão, the formation of rural social organizations intensified in the 1950s and 1960s, when they were already shaping in the 1940s in other states in the Northeast. Through popular advances in defense of the rights of the rural working class, union structures were regulated, as well as associations, which collaborate in sustaining a network of interests in productive activities and in the struggle for land. This article aims to analyze the situation of organizations in the State of Maranhão, in which some have a

---

1 Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA), Arquiteta e Urbanista (UEMA). E-mail: aldrey.malheiros@gmail.com.  
2 Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA), Arquiteta e Urbanista (UEMA). E-mail: jacilmaramelo@gmail.com.  
3 Doutor em Políticas Públicas (UFMA), Mestre em Desenvolvimento Urbano (UFPE), Arquiteto (UBA - Argentina). E-mail: fredlburnett@gmail.com.

Artigo recebido em março de 2021 e aceito para publicação em maio de 2021.

structure guided by regulations at the state and federal levels, given the achievements of social security rights. And even though in the discussions related to territorial disputes, rural social mobilization develops in a dispersed manner, factors such as financial sources from monthly fees, articulation in an average of 2 to 3 municipal councils, among other strategies, reveal the current conditions for motivating a consistent process of social mobilization.

**Keywords:** Rural Social Organizations. Territorial Mobilizations. Maranhão.

**RESUMEN:** En Maranhão, la formación de organizaciones sociales rurales se intensificó en los años cincuenta y sesenta, cuando ya se perfilaban en los años cuarenta en otros estados del Nordeste. A través de los avances populares en defensa de los derechos de la clase trabajadora rural, se regularon las estructuras sindicales, así como las asociaciones, que colaboran en el sostenimiento de una red de intereses en las actividades productivas y en la lucha por la tierra. Este artículo tiene como objetivo analizar la situación de las organizaciones en el estado de Maranhão, en el que algunas tienen una estructura guiada por regulaciones a nivel estatal y federal, dados los logros de los derechos de seguridad social. Y aunque en las discusiones sobre disputas territoriales, la movilización social rural se desarrolla de manera dispersa, factores como las fuentes de financiamiento por cuotas mensuales, la articulación en un promedio de 2 a 3 ayuntamientos, entre otras estrategias, revelan las condiciones actuales para motivar proceso consistente de movilización social.

**Palabras clave:** Organizaciones Sociales Rurales. Movilizaciones Territoriales. Maranhão.

## **INTRODUÇÃO**

A luta pela terra é uma das marcas mais profundas vivenciadas por inúmeros trabalhadores rurais em todo o país. O campo, espaço rural, objeto de disputa, seja dos trabalhadores que lutam por sua manutenção no espaço ou os proprietários e/ou grileiros que buscam a ampliação do seu poder e, conseqüentemente, do sistema produtivo, tem, na expansão das formas de produção capitalista, condições que oprimem e negligenciam os direitos e fortalecem a resistência daqueles que ocupam.

O cenário histórico das diferentes formas de mobilização na busca por direitos constitui a principal ferramenta para a compreensão da formação, organização dos movimentos sociais e as diversas articulações por uma causa comum, o Direito a Terra e a Reforma Agrária. Essas formas de mobilização, seja pela origem das organizações locais, por partidos, sindicatos ou pela própria igreja, foram determinantes para a consolidação dessa forma de resistência.

Ainda que a luta pela terra constitua um fator histórico, é por volta da década de 1940 que se tem registros das primeiras organizações sociais no campo e que foram sendo intensificadas nos anos seguintes, em especial na década de 1950, com a participação de inúmeras categorias de trabalhadores rurais e a formação das Ligas Camponesas. Nos anos subsequentes, os diferentes momentos político, econômico e social, em especial a ditadura militar, não impediram que a organização desses trabalhadores fosse totalmente silenciada, mas sim reestruturadas, em especial a nível municipal, estadual e nacional, por meio dos Sindicatos, das Federações e Confederação dos Trabalhadores Rurais, sendo mantido até os dias atuais, porém desempenhando um papel diferenciado (MEDEIROS, 1989; MALAGODI; BASTOS, 2003).

Neste cenário histórico, e que se constitui até os dias atuais, inúmeras foram e ainda são as formas de organização social dos trabalhadores rurais, dos quais destaca-se o Partido Comunista do Brasil (PCB), as Ligas Camponesas, a Igreja Católica, os Sindicatos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Movimento de Educação de Base (MEB), além de inúmeros eventos realizados a nível nacional para articulação de estratégias de luta e a busca por seus direitos. Esses são reflexos do que hoje tem-se para a defesa dos mesmos interesses, ainda que com estruturas diferenciadas. Em comparação aos dias de hoje, tem-se a ação mais intensa do capital na apropriação de espaços e a modernização do campo, fator que contribui para expulsão dos trabalhadores ou a sua manutenção, porém com condições “insalubres” para a sua permanência e sobrevivência, devido ao desmatamento das áreas próximas, bem como o uso de agrotóxicos (ALMEIDA; SODRÉ; MATTOS JÚNIOR, 2019).

No cenário maranhense, os conflitos no campo são eminentes (SODRÉ; MATTO, 2016; CPT, 2019; COSTA *et al.*, 2020). A expansão da agricultura e a nova fronteira agrícola do país revelam o lado perverso do capital e sua constante necessidade de expansão, porém, do outro lado, revela a capacidade dos trabalhadores rurais em se articular, seja por meio das organizações locais, seja por sindicatos e a própria igreja.

Sob coordenação da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), com administração da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FAPEAD), foram realizados entre 2017 e 2021, os diagnósticos socioambientais para definição do Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão nos Biomas Amazônico, Cerrado e Costeiro. Através do Eixo Jurídico-Institucional, a análise das Instituições Públicas e Organizações Sociais Cíveis, estudou os órgãos e as entidades civis com atuação nas áreas institucionalmente protegidas no Maranhão e, por meio de entrevistas com representantes de sindicatos e associações locais, foram identificadas as formas de atuação e de mobilização da sociedade na busca por direitos relacionados ao meio ambiente, à educação e cultura, à propriedade fundiária, produção e serviços públicos e privados.

Deste modo, o presente artigo tem como objetivo principal analisar as relações existentes entre as organizações sociais e a territorialidade no âmbito do estado do Maranhão nos anos de 2019 e 2020, com destaque aos interesses da classe trabalhadora rural no desenvolvimento de suas atividades. Para isso, o trabalho em sua estrutura busca compreender como os movimentos e organizações sociais desempenharam e desempenham uma função articuladora no intuito de assegurar os direitos dos trabalhadores rurais.

Na primeira parte busca-se compreender sobre origens e desdobramentos do movimento social no Brasil, com ênfase nas questões voltadas aos trabalhadores rurais, destacando as articulações estabelecidas antes e depois da ditadura militar. Em seguida, será tratado das questões inerentes a reforma agrária e os seus reflexos no território. Para uma contextualização no Maranhão, destaca-se a mobilização social e os seus desdobramentos no território. Na sequência, serão apresentados os resultados obtidos pelos questionamentos direcionados às representações das organizações consultadas referente à sua estruturação e atividades que sustentam seu funcionamento, objetivando refletir sobre sua atuação nas discussões atuais quanto aos seus objetivos e perspectivas pela mobilização social no campo, no estado do Maranhão.

## **O HISTÓRICO DO MOVIMENTO SOCIAL NO BRASIL**

A capacidade da mobilização social para reivindicar direitos, ora omissos, do processo de constituição de vínculos, em especial o empregatício, foi uma das marcas da formação histórica do movimento social, seja no espaço urbano ou rural. Foi a partir da década de 1940 que houveram os primeiros registros das organizações dos trabalhadores, restritos apenas a 4 categorias (lavoura, pecuária, produção extrativista e produtores autônomos), período em que estas mobilizações se generalizaram e romperam sua atuação apenas a nível local e se articularam com outras organizações (MEDEIROS, 1989).

Sob a bandeira do Partido Comunista Brasileiro (PCB), movimento partidário que assumiu importante papel junto aos trabalhadores como o único representante da massa, reivindicações mais imediatas e menos radicais foram levantadas, tais como direitos sobre renovação dos contratos de arrendamento, liberdade de comércio, diminuição de impostos, fretes, entre outros (MEDEIROS, 1989). Com maior expressividade nos anos 1950, as articulações e mobilizações ganharam dimensão nas escalas local, regional e nacional, do qual foram criadas e disseminadas as Ligas Camponesas, caracterizadas por um movimento radical, não vinculado ao Estado, contrário às legislações sindicais vigentes no país, cujo epicentro ocorreu no Nordeste do país (THOMAZ JÚNIOR, 1998; MEDEIROS, 1988).

Originadas no Estado de Pernambuco, as Ligas Camponesas foram criadas como uma organização de caráter civil e de fins assistenciais que visava a defesa de foreiros ameaçados de despejo pelo aumento do valor do foro. Com apoio jurídico e político, o movimento ganhou resistência através de denúncias na assembleia legislativa estadual e na imprensa sobre a situação dos 140 foreiros que ocupavam o engenho Galileia (MEDEIROS, 1989, p. 47).

Marcado como um dos principais símbolos de luta e resistência, as Ligas Camponesas foram direcionadoras para a reforma agrária, por meio da desapropriação de terras, além do fato de camponeses irem às ruas para reforçarem sua organização interna e ampliarem sua base de apoio nas cidades (MEDEIROS, 1989, p. 48).

Nos anos 1960, a intensificação dos conflitos no campo marcou um período favorável para o fortalecimento dos movimentos pela reforma agrária, disperso em todo país, ainda que no cenário político-econômico brasileiro se buscasse a modernização da agricultura e a expansão da fronteira agrícola do país sobre bases oligárquicas. Nesse período, houve, além da disseminação das Ligas Camponesas para outros estados, a formalização de movimentos sindicais por meio do estabelecimento de bases legais, criando e regulamentando as manifestações dos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1989; ALVES, 2014).

Dentre as formas de mobilização social desenvolvidas neste período destaca-se os sindicatos, representando a organização dos trabalhadores rurais — os assalariados, os colonos, os moradores e os camaradas — e as associações que se destinavam àqueles que tinham acesso à terra, no entanto a luta se voltava contra as ordens de despejo, aumento da renda, alterações fundiárias, entre outros (MEDEIROS, 1989).

Nesse mesmo período, estruturas institucionais como a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), em 1962, atuaram fortemente para a sindicalização rural, com o objetivo de realizar desapropriações conforme a legislação vigente e promover a justa distribuição de propriedade, bem como ativar as medidas preparatórias para a reforma agrária. Dentre outras regulações, o Estatuto do Trabalhador Rural assegurava direitos sobre o registro da carteira profissional, salário-mínimo, férias e outros (NATIVIDADE, 2013).

Com o incentivo do governo federal a criação de inúmeros sindicatos rurais em todo o país, de 8 sindicatos rurais reconhecidos até 1960, entre 1962 e 1963, passaram a existir 800 entidades (MALAGODI; BASTOS, 2003; TOMAZ JÚNIOR, 1998). Tal política de estruturação das organizações sociais resultou na criação de órgãos responsáveis pela articulação e controle dessa classe de trabalhadores, como as Federações e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, que unificaram a categoria (MALAGODI; BASTOS, 2003), condição que contribuiu para que houvesse a desestruturação e rompimento de bandeiras de lutas dos grupos de trabalhadores (TOMAZ JÚNIOR, 1998).

Outras entidades como as igrejas também desempenharam papel importante na articulação e no fortalecimento das organizações sociais, desde o Sistema de Assistência Rural (SAR), o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para a criação de sindicatos rurais, até o Centro de Defesa dos Direitos dos Pobres e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (MEDEIROS, 1989; TOMAZ JÚNIOR, 1998).

Na década de 1970, marcada pelo regime ditatorial militar, a repressão aos movimentos sociais entrou em uma das fases mais violentas de ocupação do campo, uma vez que a política de modernização iniciava sua expansão através de projetos agropecuários para ocupação da Amazônia sobre áreas já apropriadas há muito tempo por posseiros de outros estados (MEDEIROS, 1989). Nesse ritmo de disseminação de modernização da agricultura em todo o país, as tensões aumentaram, bem como a resistência de organizações, ainda que a desmobilização dos movimentos tenha tido apoio dos militares, contribuindo para um conflito armado, violento e com o apoio dos órgãos judiciários coniventes e que preteriam as expulsões em massa e as irregularidades fundiárias (MEDEIROS, 1989, p. 107).

Contudo, após o fim da ditadura militar, diante de um novo cenário político e econômico, as organizações sociais no campo e na cidade se reestruturam ganhando mais liberdade de ação e expressão de suas bandeiras de luta, passando, então, a questionar o seu papel na sociedade e na política e sua relação com suas bases. Em 1980, são então criados o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Movimento Sem Terra (MST) (MEDEIROS, 1989; ANTUNES; SILVA, 2015).

Ainda que as questões da reforma agrária não tenham se concretizado diante do novo cenário político, as mobilizações sociais em torno do tema se mantiveram e, com o estabelecimento da Constituição Federal de 1988, regras para formalização dos sindicatos foram instituídas em todo o país. No entanto, sua estrutura de chamada mais confrontacionista foi sendo substituída por uma pragmática sindical de caráter predominantemente negocial, onde abre espaço para parcerias, negociações e incentivos a pactos sindicais (ANTUNES; SILVA, 2015). Diante dessas mudanças estruturais na organização nas formas de organização social, o item seguinte busca compreender como se estruturam essas novas formas de organização social, em especial nos sindicatos, com destaque às diretrizes legais, a mencionar a Constituição Federal de 1988.

## **O PAPEL DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA**

A organização sindical, principal meio de vinculação de inúmeros trabalhadores na busca por direitos, passou ao longo dos anos por mudanças estruturais e políticas, em face do cenário político e econômico do país. Teve sua origem ligada aos trabalhadores da zona urbana,

em virtude da Revolução Industrial e as conseqüentes pressões inerentes a modernização tecnológica da indústria, bem como as questões salariais e as horas de trabalho.

Na década de 1930, durante a Era Vargas, os parâmetros para organização sindical foram pautados pela criação do Ministério da Indústria, Trabalho e Comércio, que pelo Decreto 19.770 regulamentou tais estruturas sociais estabelecendo medidas que asseguram suas criações e controle vinculados ao ministério supracitado, com poderes de extinguir sindicatos, criar delegacias sindicais, estabelecer número mínimo de associados, criar um sindicato por setor profissional e por localidade. Tal relação sob decreto representou “uma verdadeira ameaça a ação direta dos chamados sindicatos livres”, uma vez que a proposta dos trabalhadores para regulação do mercado de trabalho era substituída pela proposta dos burocratas do Ministério do Trabalho, introduzindo um regime tutelar (CAMPINHO, 2006, p. 126).

Nos períodos posteriores, principalmente durante o regime militar, as ações dos sindicatos estavam sob medidas que ora permitiam maior flexibilização e ora maior repressão. Enquanto os sindicatos do cenário urbano se constituíam de forma mais expressiva, no espaço rural a representatividade se disseminou no início dos anos 1970, atrelada a implementação da Previdência Social, desde 1963 e após 4 anos direcionando às questões de assistência médica-social (MEDEIROS, 1989).

Nos anos de 1970 destacam-se: a criação da Lei de Valorização da Ação Sindical; o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural; e um dos mais abrangentes, o Funrural, que contribuiu para a implantação da previdência para “aposentadoria (por velhice ou invalidez), pensão, auxílio funeral, serviço de saúde e serviço social” (MEDEIROS, 1989, p.95). Ademais, uma resolução complementar possibilitou a criação de convênios com as entidades de classe para garantir acesso a assistência ambulatorial e representou um papel predominante nas funções de assistência sanitária e previdenciária que, diante da conjuntura reconfigurada, o sindicato como instrumento de mobilização e reivindicação foi reduzido e teve como prática prevalente o assistencialismo (MEDEIROS, 1989, p. 96).

Dada essa vertente assistencialista, inúmeros sindicatos foram criados dissociados das lutas a qual estava historicamente engajados, onde sua criação ocorria por autoridades locais no intuito de colher frutos políticos associados a prestação de serviços. Nesse cenário, a CONTAG promoveu em 1973 o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais a fim de articular e conservar suas raízes históricas, voltando a discutir a reforma agrária com base no Estatuto da Terra (MEDEIROS, 1989).

Quanto às diretrizes estabelecidas para regulamentação dos sindicatos, a Constituição de 1988 foi determinante para assegurar maior liberdade de organização, tais como: a dispensa da autorização do Estado para a criação dos Sindicatos; o veto a criação de mais de uma organização sindical da mesma categoria em uma mesma localidade; a não obrigatoriedade da filiação ao sindicato, dentre outras disposições (BRASIL, 1988). Contudo, após o estabelecimento das diretrizes da CF/88, uma nova estrutura sindical no Brasil foi identificada, na qual muitos sindicatos municipais se encontram fragmentados e dispersos, com pouca expressividade política e desvinculada dos locais de trabalho, portanto, com imensas dificuldades de articulação (ALVES, 2000).

As diretrizes na Consolidação das Leis Trabalhistas (CTL), de 1940, e da CF/88 foram determinantes para a estruturação desse novo sindicato (ALVES, 2000; NEVES; LIMA, 2016), porém no que se refere as formas de mobilização social, não se pode desconsiderar a existência de organizações locais, que exercem suas atividades voltadas a questões de interesse social e que tem forte atuação no território nacional. Diante da

trajetória de transformações das organizações e movimentos sociais, destaca-se a seguir as formas de mobilização social no Maranhão, as discussões associadas a essa mobilização e os seus reflexos no território.

## **A MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO MARANHÃO E DESDOBRAMENTOS NO TERRITÓRIO**

O Estado do Maranhão, bem como outros localizados na região Nordeste, foram palco de inúmeras disputas travadas no campo em prol da defesa da terra e das condições de vida e produção. De acordo com Medeiros (1989), por volta dos anos 1950 e 1960, no Maranhão, as principais áreas de conflitos, da luta pela terra, se localizavam nos Vales do Itapecuru, Pindaré e Mearim, decorrentes da apropriação de posseiros.

Em todo o país vários líderes e organizadores dos movimentos sociais foram figuras importantes na luta pela terra, que ora perderam a vida ou viveram momentos de muita repressão. No Maranhão, na região de Pindaré-Mirim, a figura de Manoel Conceição Santos se destacou como um líder dos movimentos em defesa pela terra. Desde criança, ao ser expulso de suas terras e assistir a morte de inúmeros conhecidos, seu envolvimento com os movimentos agrários se iniciou pelo Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à igreja católica, onde participou de inúmeras discussões, movimentos e o sindicato. Durante a Ditadura Militar, devido a repressão dos movimentos sociais, Manoel, atuante na luta pela terra, foi machucado (fato que acarretou a amputação de uma perna), detido, preso e exilado, onde manteve sua atuação em prol dos trabalhadores rurais participando da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ademais, fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, ONG que atuava na formação de lideranças sindicais, cuja origem ocorreu no Maranhão e se ramificou para outros estados (BRITO, 2014).

Essas formas de mobilização social e resistência decorrem em especial do desigual processo de desenvolvimento do sistema capitalista, que contribui para aumento das tensões, favorecendo aqueles que detém o maior poder e para a concentração fundiária. Atualmente elas se manifestam através das organizações dos trabalhadores rurais, dos movimentos em prol de diversos grupos como as Comunidades Quilombolas, as Quebradeiras de Coco, as Comunidades Indígenas, entre outros, que se reestruturam em virtude das novas condições sociais, políticas e econômicas do país.

Os diversos contextos políticos do país, em especial as políticas neoliberais, acentuaram essa concentração fundiária, que culmina no aumento de conflitos e acentuação das desigualdades. De acordo com Costa *et al.* (2020), entre os anos de 1985 e 2018, no Maranhão, foram registrados 2.771 conflitos por terra, com uma média de 82 conflitos por ano. Ainda conforme os autores, durante esse período, em especial no ano de 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso, houve aumento de 82% em relação ao período anterior e o desenvolvimento de “uma política agrária extremamente repressora, criminalizando a luta pela terra e desenvolvendo uma política de mercantilização dessa” (COSTA *et al.*, 2020, p. 248).

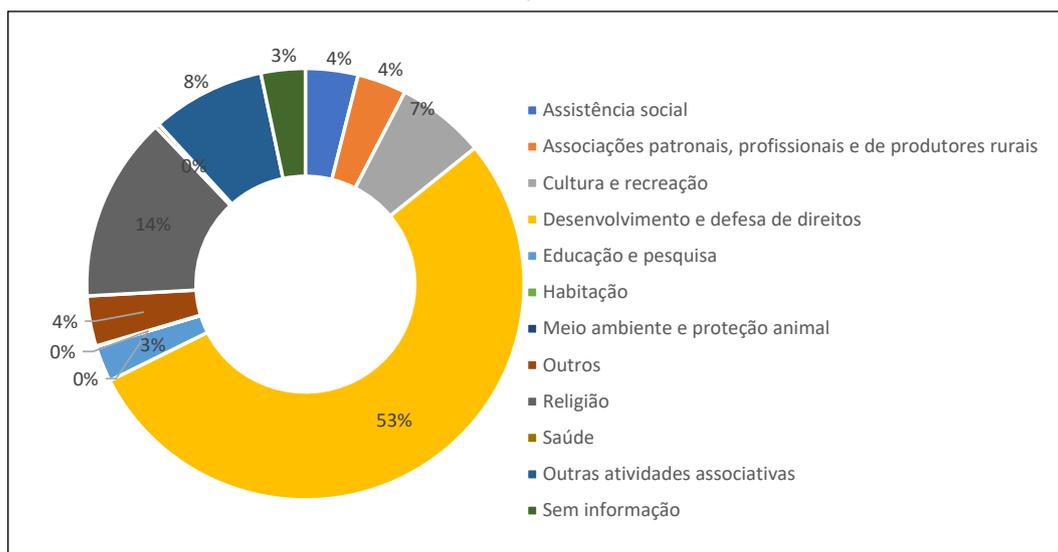
Durante os anos da gestão do PT, com Lula e Dilma, houve redução no número de conflitos, no entanto, haviam indicativos de que não seriam aplicadas mudanças na estrutura agrária do país (COSTA *et al.*, 2020). Apesar disso, durante essa fase, houve inúmeros incentivos ao desenvolvimento da agricultura mecanizada e a produção de *commodities*, contribuindo para o aumento das tensões no campo, em especial decorrente do desenvolvimento da nova fronteira agrícola do país, o MATOPIBA, acrônimo da região que abrange os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Assim como o MATOPIBA, nos anos 1990, o Projeto Grande Carajás foi um dos propulsores do desenvolvimento da economia no país através dos investimentos em infraestrutura ferroviária e portuária e a produção voltadas para o carvão vegetal, a siderurgia, o álcool e a soja. Essas novas formas de produção em grande escala acabam por impactar os espaços locais e desestruturar a organização social das comunidades, porém esses resistem e lutam por seu direito de permanecer no espaço e assegurar a propriedade de suas terras, seja por meio de titulação, em especial as comunidades quilombolas e terras indígenas, ou por meio de projetos de assentamentos, sendo esse uma política de estado a fim de atender uma reforma agrária por meio de créditos de fomento que permitem não apenas o direito a terra, mas uma mudança no quadro social e econômico das famílias (SODRÉ; MATTOS, 2016).

A expansão cada vez mais intensa do capital no desenvolvimento da agricultura e a necessidade de espaços para produção em grande escala acentuam as tensões no campo. No entanto, esses contribuem para o desenvolvimento de formas de resistência da população, em virtude da histórica concentração fundiária, que prioriza o capital em detrimento do social.

No panorama dos grupos registrados no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, de acordo com o Mapa das Organizações da Sociedade Civil do IPEA, no Maranhão existem aproximadamente 24.309 Organizações Sociais Civas (OSC) vinculadas as diversas categorias, a citar: Assistência Social, Religião, Educação e Pesquisa, Cultura e Recreação, Habitação, Meio Ambiente e Proteção Animal, Desenvolvimento e Defesa dos Direitos, entre outros. A área de atuação que apresenta maior quantitativo no Estado é o Desenvolvimento e Defesa de Direitos, com cerca de 53% do total, seguido de Religião com 14%.

**Gráfico 1.** Área de Atuação das OSC no Maranhão.



Fonte: Mapa das OSC – IPEA (2021).

Para a análise das organizações presentes neste trabalho, destaca-se a área de atuação de Desenvolvimento e Defesa de Direitos, pois essa abrange diversas outras categorias mais direcionadas ao objeto de investigação da pesquisa, a citar as organizações sociais do campo, cuja área de atuação tem como subáreas: a Associação de moradores; os Centros e Associações comunitárias; o Desenvolvimento Rural; Associações patronais e profissionais; e a Defesa de direitos e interesses, com múltiplas áreas.

Frente a essas questões, o próximo item aborda as formas de atuação, mobilização e articulação de algumas Organizações da Sociedade Civil do Maranhão, entre os anos de 2019 e 2020. Essas informações permitem compreender as principais formas de resistência e mudanças as quais essas organizações sociais têm enfrentado ao longo das suas formações.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Para o entendimento das questões relacionadas a atual forma de atuação das Organizações da Sociedade Civil, decorrente destes cenários de mudanças ao qual foi sendo moldada ao longo dos anos e especializadas no território maranhense, como já fora mencionado, será utilizada como base as pesquisas realizadas no âmbito do Zoneamento Ecológico-Econômico dos biomas Amazônico, Cerrado e Costeiro. Apesar do amplo campo desta pesquisa, será utilizado apenas os dados referentes a atuação das organizações, das quais foram obtidos por meio de entrevistas direcionadas às lideranças de associações e presidentes de sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e de colônias de pescadores, comunidades quilombolas, assentados da reforma agrária, grupos de manifestações culturais, dentre outros interesses como preservação ambiental e assistência social. Realizada nos períodos de 2019 a 2020, foram entrevistadas 36 organizações sociais civis localizadas em 23 municípios, dos quais 4 fazem parte do bioma Amazônico, 15 do Cerrado e 4 do Costeiro, segundo o quadro a seguir:

**Quadro 1.** Municípios e quantidades de Organizações Sociais Civis da pesquisa

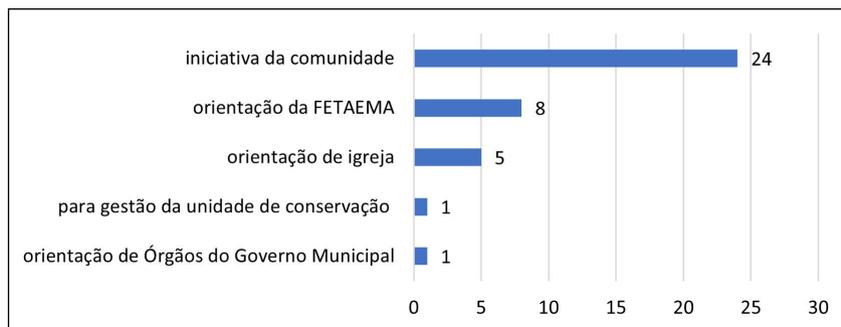
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>QTD. OSC</b>	<b>BIOMAS</b>	<b>PERÍODO</b>
Alcântara	2	Amazônia	Maio/2019
Bequimão	3		
Pedro do Rosário	2		
Zé Doca	2		
Balsas	2	Cerrado	Novembro - Dezembro/2020
Tasso Fragoso	1		
Alto Parnaíba	2		
Chapadinha	1		
Duque Bacelar	1		
Buriti	2		
Brejo	1		
Coroatá	1		
Riachão	1		
Estreito	1		
Porto Franco	1		
Presidente Dutra	1		
Barra do Corda	1		
Pedreiras	2		
Trizidela do Vale	1		
Tutóia	3	Costeiro	Dezembro/2020
Araioses	1		
Paulino Neves	2		
Barreirinhas	2		

Fonte: Autores (2019; 2020).

Dentre as questões que formam objeto de investigação na pesquisa, mencionam-se a motivação para criação das organizações, temas em que atuam, estratégias para captação de recursos financeiros e para capacitação de associados, participação em conselhos, resultado de participação em conselhos, projetos em colaboração, avaliação do engajamento popular, conflitos identificados nas áreas de atuação, bem como medidas aplicadas e perspectivas para o fortalecimento das organizações sob discussão.

Uma das primeiras questões dadas considerou qual a motivação para criação das organizações, das quais estão sindicatos, colônias e associações que obtiveram um ou mais incentivos para se estabelecerem. No Gráfico 2, a seguir, estão ordenadas as motivações e a quantidade de organizações criadas a partir de tais motivações.

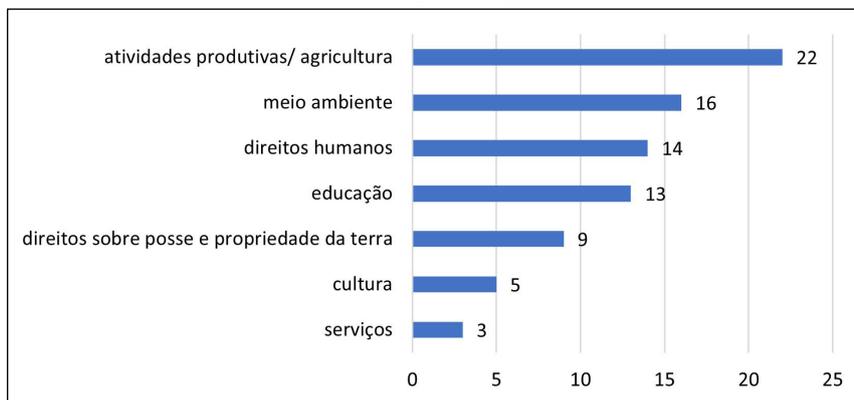
**Gráfico 2.** Motivação para criação das organizações.



Fonte: Autores (2019; 2020).

Segundo o gráfico apresentado, dentre as 36 organizações, 24 foram criadas a partir da iniciativa da comunidade, como é o caso de 11 sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, que se reuniram para defender direitos sobre posse da terra; seguido de 8 organizações criadas a partir de orientações da Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão; 5 OSC por orientação da igreja; 1 OSC voltada para gestão de uma Unidade de Conservação — no caso, a Associação Bacelarense de Proteção Ambiental sobre a Área de Proteção Ambiental dos Morros Garapenses —; e 1 OSC por orientação de órgãos do governo municipal. Para entendimento dos temas referentes a atuação das organizações, essas foram sistematizadas no Gráfico 3, como se observa a seguir.

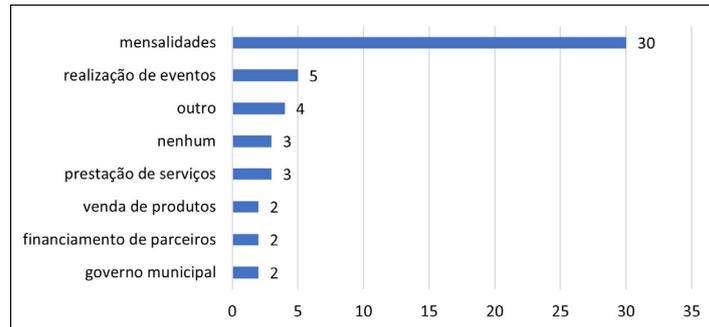
**Gráfico 3.** Temas em que as organizações atuam.



Fonte: Autores (2019; 2020).

Nota-se que cerca de 61% das organizações atuam nas questões sobre atividades produtivas, isto é, 22 OSC, principalmente no que se refere a agricultura. Temas como meio ambiente eram abordados por 16 OSC; direitos humanos (quanto a direitos básicos e assistência social) trabalhados em 14 OSC; educação em 13 OSC; direitos sobre posse e propriedade da terra, cultura e serviços presentes nas atividades de 9, 5 e 3 organizações, respectivamente. Quanto às fontes de recursos financeiros, o Gráfico 4 adiante aponta as principais estratégias adotadas.

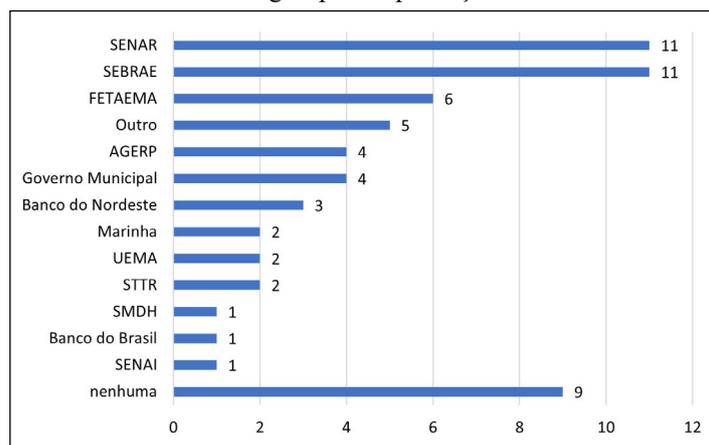
**Gráfico 4.** Fontes de Recursos Financeiros.



Fonte: Autores (2019; 2020).

As mensalidades são fonte de recursos financeiros para 30 organizações dentre as 36 entrevistadas, modalidade aplicada na massiva maioria das OSC, uma vez que, no caso, em especial dos sindicatos, é um instrumento regulamentado em lei e que é a sua principal fonte de recurso. Outras estratégias utilizadas foram a realização de eventos, em 5 organizações; prestação de serviços em 3 OSC; venda de produtos em 2 OSC; financiamento de parceiros e de governo municipal, cada modalidade em 2 OSC; dentre outras formas de financiamento como aluguel de espaço, contribuição de aposentados, economia solidária e arrendamento de terra em 4 OSC; enquanto em 3 organizações não houve qualquer forma de captação de recursos para funcionamento de suas estruturas. Ainda quanto ao uso de recursos, o Gráfico 5, a seguir, indica quais as estratégias utilizadas pelas organizações para capacitação de associados e comunidade que representam.

**Gráfico 5.** Estratégias para capacitação de associados.

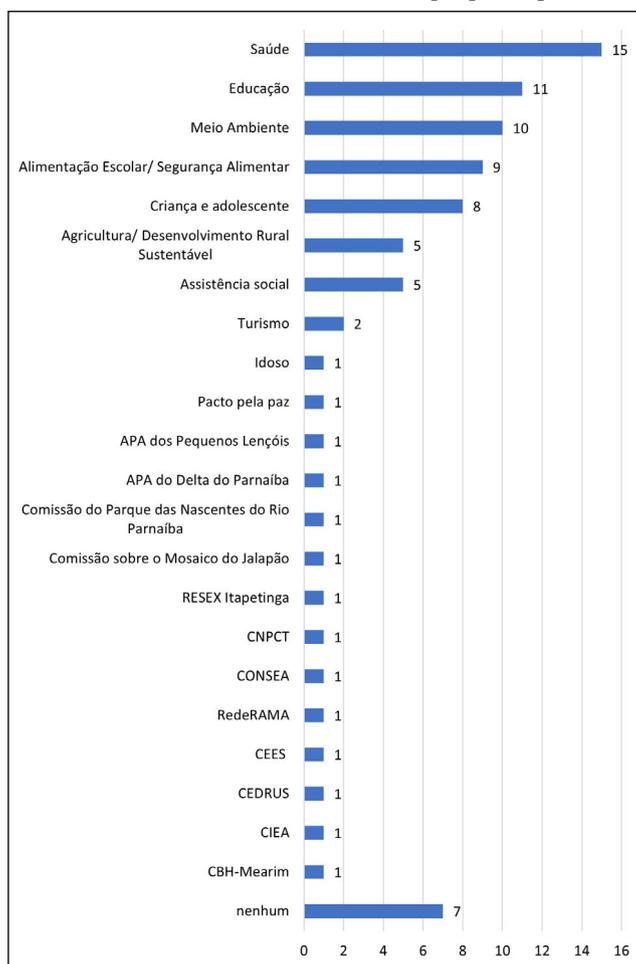


Fonte: Autores (2019; 2020).

Das estratégias aplicadas para capacitação de associados e da comunidade que representam, 11 organizações já estabeleceram parceria com SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural); 11 OSC com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas); 6 OSC com a FETAEMA (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão); outras formas em 5 organizações, como cursos de computação e governança com outras entidades como Movimento Sem Terra, UFMA/LIDA (grupo de pesquisa Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades), Fórum Carajás, em busca de certificação do MEC e com advogados; com a AGERP e governo municipal, 4 OSC cada; 3 OSC com o Banco do Nordeste, com a Capitania dos Portos, Universidade Estadual do Maranhão e Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, cada; e 1 OSC com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Banco do Brasil e SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), cada. Nove organizações não possuem qualquer estratégia para capacitação de associados.

No Gráfico 6, as barras demonstram o quantitativo de organizações que integram conselhos e quais as temáticas discutidas nesses conselhos, que são, na grande maioria, a nível municipal. A participação de Conselhos tem sido uma das principais formas de interlocução dos sindicatos e a classe em que representa, buscando pressionar junto aos órgãos públicos políticas públicas nas diversas áreas, a mencionar: agricultura, saúde, educação.

**Gráfico 6.** Temas dos Conselhos que participam.

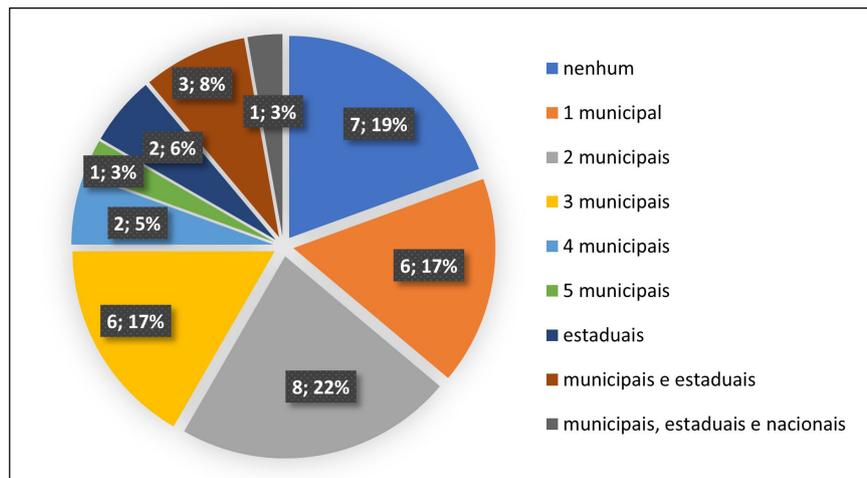


Fonte: Autores (2019; 2020).

Como foi observado no Gráfico 6, os conselhos nas áreas de saúde, educação e meio ambiente foram os meios em que houve maior participação das organizações consultadas, totalizando 20 OSC, dos quais 15 participavam dos conselhos de saúde, 11 estavam nos conselhos de educação e 10 estavam nos conselhos de meio ambiente. Nos conselhos de alimentação escolar/ segurança alimentar 9 OSC participavam das reuniões; 8 OSC faziam parte de conselhos da criança e do adolescente; 5 OSC em conselhos de agricultura e desenvolvimento rural sustentável; 5 OSC em conselhos de assistência social; 2 OSC em conselhos de turismo; 1 OSC no tema de pacto pela paz; e, pelo menos, 1 OSC participantes dos demais conselhos, comissões e comitês sobre: APA dos Pequenos Lençóis, APA do Delta do Parnaíba, Parque das Nascentes do Rio Parnaíba, Mosaico do Jalapão, Reserva Extrativista (RESEX) Itapetinga, Conselhos Nacional de Populações e Comunidades Tradicionais (CNPCT) Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), RedeRAMA (Rede de Agroecologia do Maranhão), Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES), Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CEDRUS), Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) e Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Mearim (CBH-Mearim). Totalizando, assim, a participação de 29 organizações em 86 canais de participação social a níveis municipal, estadual e nacional, enquanto 7 OSC não mencionaram a participação em qualquer conselho.

Vale ressaltar que as organizações consultadas podiam integrar mais de 1 conselho com representações tanto de um mesmo membro quanto de vários membros das OSC entrevistadas, como se observa no Gráfico 7, a seguir, que apresenta quantitativos e percentuais.

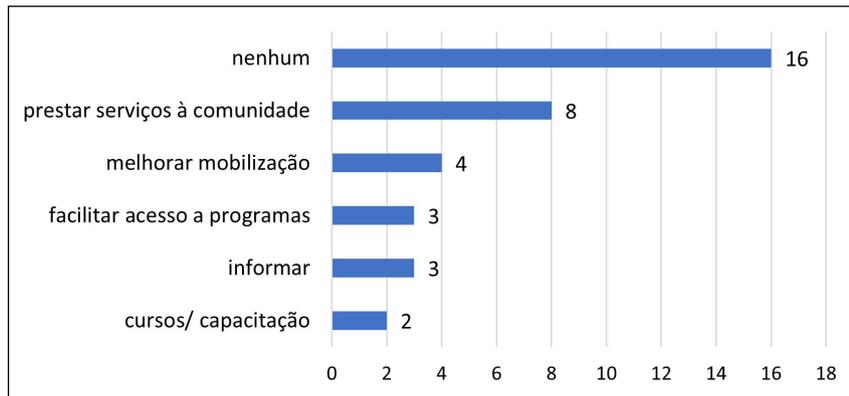
Gráfico 7. Quantidade de conselhos em que participam concomitantemente.



Fonte: Autores (2019; 2020).

Das 36 organizações, 7 não participavam de qualquer conselho e, segundo o Gráfico 7, cerca de 56% das OSC, isto é, 20 OSC, participavam em média de 1 a 3 conselhos. Neste sentido, pode-se inferir que a atuação de 23 OSC se restringiam ao nível municipal, enquanto outras 6 organizações já integravam conselhos e comissões a nível estadual e nacional, apresentando mais abrangência e relevância nas decisões de estâncias mais ampliadas de governança. No Gráfico 8, a seguir, resume-se os resultados obtidos durante participação das organizações consultadas em conselhos.

**Gráfico 8.** Resultados obtidos durante participação em conselhos.

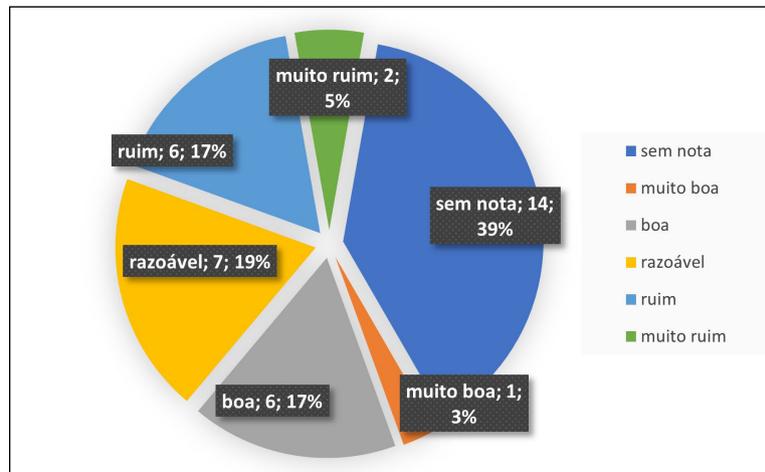


Fonte: Autores (2019; 2020).

Em 16 organizações integrantes de conselhos, não se notou resultados concretos pela participação em tais canais. Enquanto em 8 OSC foi possível prestar serviços melhores à comunidade, em 4 OSC se melhorou a mobilização das organizações, em 3 OSC foi facilitado o acesso a programas, em outras 3 OSC foi importante disseminar as informações das discussões no âmbito dos conselhos e, em outras 2 OSC, os resultados mais interessantes atingidos se deram com a abertura de cursos dentre outros meios de capacitação de associados.

Quanto a avaliação do engajamento, das 36 organizações, 22 qualificaram entre muito ruim, ruim, razoável, boa e muito boa. Apenas 1 OSC classificou o engajamento dos associados ou da comunidade como muito boa, pelos integrantes fazerem cobranças e serem muito atuantes; 6 classificaram como boa por haver um rápido retorno na comunicação das pautas, por desenvolverem soluções, por mobilizações de força política a nível nacional, por ajudarem a manter o sindicato e por haver uma participação significativa em diversos conselhos. No Gráfico 9 se observa a avaliação destas e outras situações.

**Gráfico 9.** Avaliação do engajamento.



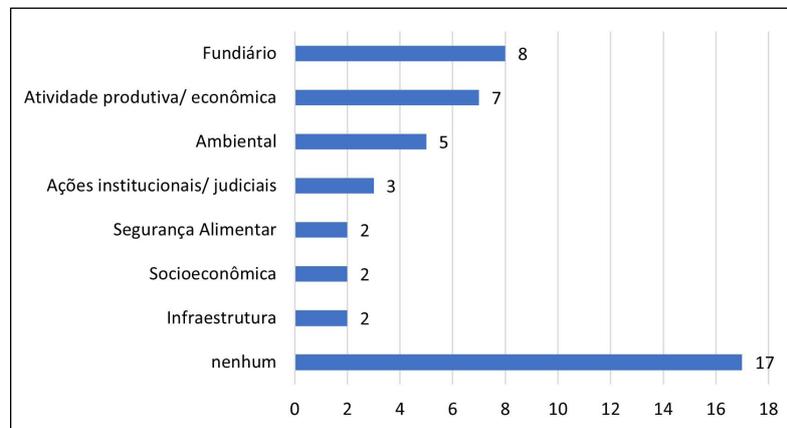
Fonte: Autores (2019; 2020).

Avaliaram como razoável o engajamento da comunidade em 7 organizações, cujas situações apontadas foram: por haver ainda um senso de acomodamento por parte dos integrantes; uma redução gradativa na participação durante reuniões, dando atenção apenas

aos serviços de auxílio previdenciário conquistados após lutas históricas; por haver, ainda, uma descrença no associativismo; por existirem muitas pessoas associadas, mas pouca cooperação; e, em contraposição a outros aspectos negativos, uma descentralização de pontos de encontro a fim de recolher as demandas e melhorar o atendimento aos associados. Na qualidade de engajamento ruim, 6 organizações relataram por razões em que: os associados apenas mantinham interesse em obter os auxílios previdenciários; que mais esperam benefícios do que contribuem, de fato, para o funcionamento da organização; pelos problemas serem muito além do que seria possível resolver; decréscimo da contribuição e associação às organizações devido a recorrência aos serviços de assistência previdenciária de sindicatos ter sido deslocada para profissionais autônomos na obtenção de tais auxílios; discordâncias políticas para fortalecimento de parcerias da organização com instituições públicas; e falta de conscientização dos associados sobre o papel da organização. Com o engajamento considerado muito ruim, 2 organizações realizaram essa avaliação. E, por fim, 14 organizações não fizeram uma avaliação sobre o engajamento dos associados.

No que se refere a questões de maior gravidade, quanto a motivações conflituosas nos espaços de atuação das organizações, o Gráfico 10, a seguir, dispõe sobre os tipos de conflitos gerados e recorrentes nos locais.

**Gráfico 10.** Tipo de conflitos recorrentes nos espaços de atuação das organizações.



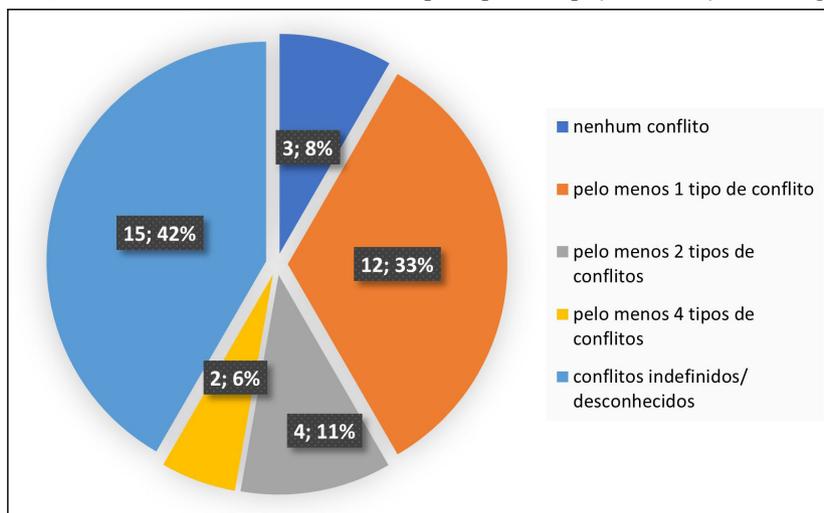
Fonte: Autores (2019; 2020).

Observa-se que a questão fundiária é latente, sendo presente nas áreas de atuação de 8 organizações, não apenas como conflito, mas como tema de acordos no que se refere a: arrendamento de terras; poucas terras regularizadas; acordos de compensação e indenização em andamento; ocupação de fazendeiros e posseiros em projetos de assentamentos estaduais e federais; e processos de regularização e titulação em andamento. Quanto às atividades produtivas/ econômicas, 8 organizações também relataram situações comuns quanto a uma das principais preocupações para a sustentabilidade dos biomas, em especial, o Cerrado, como expansão de monoculturas de soja e eucalipto, enfraquecimento da agricultura familiar e atividades turísticas em conflito com atividades pesqueiras. Para 5 OSC, os problemas de ordem ambiental são mais aparentes, tais como áreas de unidades de conservação com ocupações, extração de recursos naturais que desequilibram o ecossistema, desmatamento e poluição de rios com a exploração de gás e petróleo. Em 3 organizações, ações institucionais e judiciais estavam em andamento e/ou travadas. Em 2 OSC, a segurança alimentar tem apresentado preocupações devido a

liberação de agrotóxicos tanto para produção quanto para demais recursos naturais, ocasionando contaminações. Na questão socioeconômica, como queixa em 2 OSC, as questões se dão sobre o encarecimento de produtos e o êxodo rural. Com relação à infraestrutura, 2 OSC reclamaram de projeto de abastecimento incompleto e locação problemática de lixões que também tem acarretado prejuízos ambientais. Mesmo com tantas situações, 17 organizações não apontaram ou especificaram questões conflituosas ou em disputa nas áreas de atuação.

O Gráfico 11, a seguir, atende pelas informações sobre a incidência de diferentes tipos de conflitos — os quais já foram descritos no Gráfico 10 anteriormente — e disputas nos espaços em que atuam. Esses conflitos são os mais diversos, no entanto, devido os direcionamentos da pesquisa, foi principalmente observado os conflitos fundiários e ambientais, decorrentes, principalmente, da expansão da agricultura mecanizada nas regiões e a presença de comunidades quilombolas e assentamentos nos diferentes espaços.

**Gráfico 11.** Quantidade de conflitos recorrentes por tipo no espaço de atuação das organizações.



Fonte: Autores (2019; 2020).

O Gráfico 11 demonstra que: em 3 OSC não se indicou a existência de qualquer tipo de conflito; em 12 OSC havia, pelo menos, 1 tipo de conflito no espaço de atuação; em 4 OSC havia, pelo menos, 2 tipos de conflito presentes nos temas ambientais, de atividade produtiva, ações institucionais, fundiário e de infraestrutura; em 2 OSC se presenciavam, pelo menos, 4 tipos de conflitos nos temas ambientais, de atividade produtiva, fundiário, ações judiciais e segurança alimentar; e em 15 OSC não foram especificados os conflitos existentes.

Apesar da presença de organizações com interesses sobre o direito de terras agricultáveis para fortalecimento da agricultura familiar e da classe de trabalhadores e trabalhadoras rurais, o poder da sua atuação se restringe ao apoio técnico e social de associados e comunidades. As questões que pautam os conflitos nos espaços de atuação formam um cenário de expansão de um diferente modo de produção que não absorve as metodologias locais e não busca se adaptar aos modos existentes, provocando o que se observou em alguns casos, que são as migrações do campo e seu conseqüente esvaziamento e que declina para outras situações que carecem de medidas sociais de incentivo ao setor produtivo do pequeno agricultor e produtor, dentre uma série de questões de valorização da classe, de caráter ecológico, econômico e social.

## CONSIDERAÇÕES

Os resultados analisados pela pesquisa realizada buscaram relacionar e discutir as ações das organizações do Maranhão Rural representantes de interesses da classe trabalhadora e de comunidades quilombolas, dentre outras temáticas nas áreas de meio ambiente e cultura, questionando seu papel na sociedade e na política e as formas de articulação e conservação de suas raízes históricas.

Os movimentos sociais no território maranhense apresentam uma abordagem no meio rural que abrange pautas socioambientais e de incentivo a uma economia de base agroecológica. Desde mobilizações com motivações partidárias representativas da classe trabalhadora no âmbito da reforma agrária e através de grupos como TEIA dos Povos e Comunidades Tradicionais, ASSEMA, COAPIMA, federações como FETAEMA, FETRAF e FECOPEMA a sobrevivência de grupos que lutam pelo domínio de áreas agricultáveis e de preservação socioambiental e cultural são colocadas sob ameaça por forças do capital movidas pela expansão de monoculturas de soja e eucalipto, produção de carvão, liberação e uso de agrotóxicos e desmatamento.

Com base em pesquisas de campo no âmbito do Zoneamento Ecológico-Econômico dos Biomas Amazônico, do Cerrado e Costeiro no Maranhão, os resultados alcançados referentes a atividades praticadas por organizações sociais civis como associações, sindicatos e colônias de pescadores forneceram uma perspectiva sobre os valores atuais que são exercidos para desenvolvimento de ações em prol de uma causa com ênfase no atendimento às necessidades sociais básicas das classes trabalhadoras que representam.

Observa-se que as organizações consultadas seguem a ordem histórica de formação, com base na iniciativa da comunidade para sua criação, com influências da igreja e de estruturas hierarquizadas a partir da CONTAG e FETAEMA, atualmente. Sob o tema das atividades produtivas locais, principalmente na agricultura, esta é a questão central para nortear o trabalho das organizações, como manutenção das demandas inerentes ao assunto para assistência técnica e social dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Tendo como principais fontes de recursos físicos-financeiros estão a cobrança de mensalidades dos associados, em poucos casos aliados a estratégias alternativas como venda de produtos, aluguel de espaço, realização de eventos e financiamento a partir de órgãos da prefeitura municipal, cuja parceria frisa um bom relacionamento entre os diferentes segmentos da sociedade a nível local e a necessidade de manutenção dessas articulações. Para capacitação de associados e comunidades, as organizações estabeleceram parcerias com entidades como o SEBRAE, SENAR, SENAI, a própria FETAEMA (de maneira mais colaborativa e seguindo as orientações para estruturação de sindicatos), AGERP, grupos de pesquisa universitários, Capitania dos Portos, SMDH e Banco do Brasil, de forma a oportunizar a oferta de cursos de aprendizagem nas áreas de assistência técnica agrícola e informatização.

Na participação em conselhos, as organizações demonstraram maior integração a nível municipal, nos temas de saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento rural sustentável. As OSC que tinham um papel mais abrangente se faziam presentes, também, em conselhos a nível estadual e nacional nas áreas de proteção ambiental, segurança alimentar e de fortalecimento da mobilização de comunidades tradicionais. Referente aos resultados obtidos durante tais participações, as ações mais concretas foram refletidas na prestação de serviços à comunidade nas áreas de educação e assistência social, para melhorar mobilização, facilitar acesso à programas, bem como para informar discussões no âmbito dos conselhos e oportunizar acesso a cursos de capacitação.

Diante dessas atividades, na avaliação do engajamento dos associados aos interesses das organizações, a consideração que prevaleceu foi na qualidade de razoável, devido ao entendimento que se tem de que a força dos movimentos tem decaído em vista das conquistas já ocorridas em momentos da história que permitiu a regulamentação do acesso aos direitos previdenciários como garantia de bem-estar social e segurança econômica da classe de trabalhadores rurais a que representam.

A perspectiva que se discute, com base nos resultados alcançados durante estas entrevistas, aponta que as estruturas de mobilização social no campo do território maranhense se apresentam de forma estável, cumprindo regulamentos para funcionamento dos seus serviços de assistência aos associados para recebimento de auxílios previdenciários como aposentadoria, salário maternidade, seguro defeso, dentre outros.

Neste sentido, compreender o estado da mobilização no território maranhense, e que, neste trabalho não se pretende traduzir a realidade de 217 municípios, dado o tamanho reduzido da situação de 23 locais a partir da visão de 36 OSC, mas colocar como mais uma ferramenta para reflexão sobre os caminhos que estão sendo percorridos por essas organizações, que buscam se manter resguardados pelo direito de acesso a programas de incentivo à produção, assistência técnica e social, mas que, em contrapartida, se veem pressionados pelos novos modos de produção que não integram mão-de-obra local e não desenvolvem meios de adaptação, além da sua expansão não se deter apenas à novas práticas, mas que procuram dominar espacialmente áreas já pertencentes a comunidades que diferem desse ritmo econômico e que revela e reforça desigualdades profundas refletidas em desequilíbrios ambientais, econômicos, sociais, políticos e que não se contém apenas no espaço rural mas repercute, também, no espaço urbano.

Portanto, a implantação e o fortalecimento de políticas de mobilização e conscientização popular e das organizações se faz de extrema relevância, a fim de inibir as pressões exógenas perversas desarticuladas de um desenvolvimento sustentável democratizado e que tanto se busca no meio rural para valorização local e de classe, nos aspectos políticos, econômicos e socioambientais.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, J.M.M. **Memorial das Ligas Camponesas**: preservação da memória e promoção dos direitos humanos. 2014. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas/PPGDH) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7887>. Acesso em: 15 maio 2021.
- ALVES, G. Do “novo sindicalismo” à “concertação social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 15, p. 111-124, nov. 2000. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010444782000000200008](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782000000200008). Acesso em: 15 maio 2021.
- ALMEIDA, J. G.; SODRÉ, R. B.; MATTOS JÚNIOR, J. S. O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: impactos da expansão do agronegócio na Microrregião de Chapadinha. **Revista Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, v. 22, n. 47, p. 241-273. 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6271/4803>. Acesso em: 15 maio 2021.
- ANTUNES, R.; SILVA, J. B. da. PARA onde foram os sindicatos? do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Dossiê**: Cad. CRH, v. 28, n. 75, p. 511-527,

- set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n75/0103-4979-ccrh-28-75-0511.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.
- BRASIL [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 maio 2021.
- BRITO, R.J.B. A. A luta camponesa e a repressão durante a ditadura empresarial-militar (1964 – 1985). **Revista Habitus**, v. 13, n. 1, p. 72-87, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/habitus/article/view/11454/8404>. Acesso em: 15 maio 2021.
- CAMPINHO, F. Sindicalismo de estado: controle e repressão na Era Vargas (1930-1935). **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, p. 114-135, ago./dez. 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cejur/article/view/14838>. Acesso em: 15 maio 2021.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo: Brasil 2019**. Goiânia, 2019. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/?task=download.send&id=14195&catid=0&m=0&Itemid=0>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- COSTA, T. R. S; MATTOS JÚNIOR, J. S; SODRÉ, R.; SOUSA, I.B.B. Os conflitos agrários frente as novas dinâmicas territoriais no campo MARANHENSE (1985 – 2018). **Revista Geonorte**, v. 11, n. 38, p.243-257, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revistageonorte/article/view/8436>. Acesso em: 15 maio 2021.
- IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Relatório técnico de arranjos jurídicos institucionais do zoneamento ecológico econômico do Maranhão (ZEE-MA): etapa bioma amazônico**. Coordenação de Frederico Lago Burnett; Paulo Henrique de Aragão Catunda; Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias. São Luís: IMESC, 2020. Disponível em: <http://www.zee.ma.gov.br/src/upload/relatorios/arranjosJuridicosInstitucionais.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.
- MALAGODI, E.; BASTOS, V. de S. Sindicato de trabalhadores rurais e agricultura familiar. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1, 2003, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Unicamp, 2003.
- MEDEIROS, L.S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- NATIVIDADE, M. de M. **A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de luta de classe e intraclasse**. 2013. Dissertação de (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/187/1/Natividade%2c%20Melissa-Dissert-2013.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.
- NEVES, A. A. P; LIMA, J. S. O trabalhador rural e seus direitos na Constituição Federal. **Revista de Âmbito Jurídico**, 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-148/o-trabalhador-rural-e-seusdireitos-na-constituicaoofederal/#:~:text=P%20ercede%2Dse%20que%2C%20ao%20trabalhador,com%20direitos%20diretamente%20na%20Constitui%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 15 maio 2021.
- SODRÉ, R; MATTOS, J. O emaranhado dos conflitos de terra no campo maranhense. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 10, 2016.
- STEDILE, J. P. A luta pela reforma agrária: os desafios de toda sociedade. **Revista Adusp**, p. 30-35, 1997. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/10/r10a05.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.
- TOMAZ JUNIOR, A. O sindicalismo rural no Brasil, no rastro dos antecedentes. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, n. 15, jan. 1998. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-15.htm>. Acesso em: 15 maio 2021.